



DOI: 10.14295/rlapc.v11i18.185

O Útero é um Animal Selvagem: Patologias e Corpo Feminino em disputas de Sentidos

Flora Fernandes Lima¹

Resumo: Esse trabalho pretende traçar breve análise crítica e teórica acerca da construção de sentido do corpo feminino como um corpo que naturalmente tende a condições patológicas, e em específico afecções mentais e físicas representadas pelo conceito de histeria. Nesse sentido, aborda aspectos acerca do processo de configuração desse conceito como um fenômeno do campo “psi”. Problematisa o movimento de nomeações subjetivas direcionadas ao corpo feminino por parte de sistemas de conhecimento, em que se destacam aqueles cuja construção tomam formas científicas, entendidos para o universo dessa análise como dispositivos de performatividade de gênero. Tais movimentos são marcados por tensões e negociações de limites disciplinares de diferentes autoridades e saberes na compreensão das conformações de gênero, cujos atores envolvidos estão imersos em uma rede em que agem e recebem impactos de suas ações. Perceber as formas de conceituação de histeria ainda persistentes, bem como suas tecnologias associadas (conceitos, técnicas, etc), pode auxiliar no seu entendimento como dispositivo de performatividade associada aos diversos reforços discursivos e institucionalizados que favorece.

Palavras-chave: gênero; corpo; histeria, performatividade.

The uterus is a wild animal: pathologies and the female body in disputes of meaning

Abstract: This paper aims to provide a brief critical and theoretical analysis of the construction of meaning of the female body as a body that naturally tends to pathological conditions, and specifically mental and physical disorders represented by the concept of hysteria. In this sense, it addresses aspects of the process of configuring hysteria as a phenomenon in the “psycho” field. It problematizes the movement of subjective nominations directed at the female body by knowledge systems, in which scientific forms of knowledge construction stand out, considered for this purpose as an agent of reinforcement of institutional directions and expectations of behaviors attributed to gender, defined for the universe of this analysis as devices of gender performativity. Perceiving the forms of conceptualization of hysteria that still persist, as well as its associated technologies (concepts, techniques, etc.) implies understanding it as a device of gender performativity, through the various discursive reinforcements that it favors.

Keywords: gender; body; hysteria, performativity.

¹ Psicóloga (UESPI) e psicoterapeuta corporal (CENSUPEG), doutoranda Instituto de Psicologia EICOS/UFRJ e analista bioenergética em formação (Libertas). E-mail: flora.flima@gmail.com, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Introdução

Os egípcios antigos entendiam o útero como um animal dentro do corpo de outro animal, a mulher, no corpo de quem seria capaz de percorre-lo a causar males diversos conforme nele se movimentasse. Essa perspectiva entendia-o como um ente autônomo e, por vezes, incontrolável. Em período temporal razoavelmente próximo, Platão em *Timeu* por volta do ano 360 a.C., passou a vincula-lo com quadros ditos histéricos, ligada ao termo “hystero” (útero). Sob essa linha de pensamento, as movimentações de um útero “ruim” poderiam provocar os mais diversos sintomas como ansiedade, sufocamento, tremores. Tratava-se de um órgão presente em um corpo que era frio e úmido, em oposição ao corpo masculino, seco e quente.

Tais referências apontam o quão antigas são as associações entre o sistema reprodutor feminino e a atribuição de tendências a patologias diversas, associações essas reforçadas em período temporalmente mais recentes por meio da constituição de categorias psiquiátricas de diagnóstico e vinculada a gênese do termo fortemente representadas pela histeria². (Schmitd, 2008; Silva, 2014).

Nesse sentido, Silva (2014) considera o histórico processo de patologização de processos próprios ao feminino como um movimento marcado por estereótipos refletidos nos atuais moldes das ciências e medicina ocidental. A perspectiva androcêntrica associada a esse sistema de produção de conhecimentos e práticas, onde corpos masculinos eram usualmente considerados a norma, pautavam os corpos femininos como desvios ou anomalias.

Trago tais representações com o intuito de ilustrar a diversidade de entendimentos aos quais o termo histeria já foi associado e que, importante que se diga, carregam consigo repercussões, arranjos sociais e técnicos deles decorrentes. Essas são associações encontradas em circulação ainda anteriormente a consolidação dos alicerces que fundaram o campo de atenção à saúde mental com o qual nos deparamos hoje.

Além da própria histeria como condição patológica essencialmente vinculada ao feminino, outras condições próprias ao corpo de muitas mulheres (como menstruação e menopausa), vem sendo historicamente medicalizadas e associadas a doenças e fraquezas, resultando em restrições culturais e sociais direcionadas a essa parcela da população (Silva, 2024; Martin, 1991).

² Além desse entendimento, outras associações a exemplo de ardor amoroso ou mesmo vínculo com feitiçaria vem sendo apontados, e eventualmente retomados (Schmitd, 2008).

Nesse sentido, a influência recíproca de tais impactos culturais sobre a ciência e seus produtos, relações essas profundamente enterradas, fariam parte de experiências no mundo quase impossíveis de serem descobertas por um membro do mesmo universo cultural. Implica-se um viés sexista da ciência³ em que o corpo feminino passa a ser também cientificamente associado a males e patologias (Goméz, 1999; Martin, 2001).

A medicalização do corpo feminino e a medicalização da loucura são temas que se entrelaçam. Tornam-se regularizados os condicionamentos do corpo e conduta das mulheres, essencialmente através de práticas de higiene, ginecológicas e obstetrícias, voltadas ao controle de sua fertilidade em demonstração à influência dos discursos atrelados ao poder médico (Vieira, 2002) e práticas psicológicas diversas.

Levando em conta a diversidade de possibilidades diagnósticas usualmente associadas ao corpo de mulheres, caberia então ponderar, qual a necessidade de permanência da codificação de uma condição ligada ao feminino majoritariamente como doença, que muda tanto em suas manifestações quanto em suas explicações? Qual o lugar da histeria junto ao corpo social em que, ainda presente, desenha-se em patologias diferentes? Nesse ponto tomo ainda emprestada a definição do clínico francês Charles Laségue, encarregado de descrever minuciosamente os estados observados de histeria, onde defende que “*A definição de histeria jamais foi dada e jamais o será*” (1879, p.655 apud Schimdt, 2008). A grande variabilidade de sintomas e contextos impediria a constituição de uma entidade nosológica específica.

Após o exposto, toma-se como intenção dessa breve análise problematizar as condições de construção da histeria enquanto conceito patológico e diagnóstico em interface com condições de constituição subjetiva, e por consequência também corporal, do corpo feminino.

Considerações acerca do processo de construção da histeria como sintoma “psi”

Os padrões idealizados de comportamento feminino tratam de vivências que privilegiam determinados caminhos de subjetivação, os quais em sua concretização abarcam um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, coisas ditas e

³ Em sua obra “*Woman in the body*” (2001), Emily Martin busca entender quais suposições culturais estão associadas ao que pessoas comuns ou médicos entendem acerca das descrições de hormônios, útero ou fluxo menstrual.

não ditas, tecem uma espécie de rede. Se entendidos pela ótica foucaultiana, podem ser chamados de “Dispositivos” (Foucault, 1997).

Adoto a perspectiva de que os transtornos mentais em geral são entendidos como composições culturais apresentadas por meio de efeitos performativos, formas de sofrimento passíveis de reconhecimento e validação. São diagnósticos estabelecidos a partir de práticas culturais específicas e que reiteram escolhas, valores e condutas preferenciais (Zanello, 2018). A reprodução dessas condições revela, então, ser um espaço eminentemente político tecido por tecnologias, ideologias e lacunas que contribuem para composição de hierarquias nas dinâmicas discursivas contemporâneas que expressam figura/fundo de tecnologias de governo, ditando dimensões políticas de cuidado.

Os direcionamentos normativos representados pela mencionada diversidade diagnóstica parecem convergir para o mesmo eixo norteador de condução da “loucura” como aspecto oposto à razão, percebendo mulheres como seres naturalmente dela distanciadas. Dotadas de rompantes emocionais por sua própria natureza e fruto de humores de seu útero, teriam em si comportamentos ou constituições corporais consideradas femininas e naturalmente patológicos (Vieira, 2002).

Nesse sentido, acrescento a perspectiva de Emily Martin (1991) em *The egg and the sperm*, onde discute a possibilidade de que a construção de conceitos científicos implicados culturalmente na forma como são descritos, revertem crenças e práticas culturais como se fossem parte da natureza. Assim, verifica em sua pesquisa que as figuras do óvulo e espermatozoides são apresentadas por meio dos relatos da biologia reprodutiva baseados em estereótipos centrais da nossa definição cultural de macho e fêmea, dotando os sistemas ligados ao corpo feminino como menos valorosos e mais problemáticos se comparados aos masculinos.

Para Martin (1991), essa situação envolve a projeção de imagens sociais sobre as representações da natureza, que são posteriormente reinterpretadas como verdades naturais e utilizadas para justificar fenômenos sociais. Assim, criam-se condições em que argumentos sociais são frequentemente naturalizados e invisibilizados, sendo apresentados como fenômenos essencialmente naturais. Olhar para essas naturalizações permitiria acordar metáforas adormecidas nas ciências, tornando-nos conscientes de que estamos projetando imagens culturais sobre o que estudamos.

A autora exemplifica adicionalmente recorrentes descrições médicas que caracterizam a menstruação como uma “ruína”, uma desintegração caótica comparada à falha de um processo descrita através de palavras como “interrupção, morte, perda, privação”. Aponta a

recorrência de relatos que colocam perspectivas negativas frente aos processos reprodutivos femininos como sempre passíveis de intervenções.

Brémaud (2015) analisa o cenário imediatamente precedente a entrada da histeria nos espaços de cuidado voltados a saúde mental, e por consequência dentro do universo conceitual da ciência, como envolvida por fatores diversos como a apropriação de dimensões religiosas, culturais ou mesmo consideradas sobrenaturais por parte do discurso científico. Fenômenos como clarividência, xenoglossia e mediunidade, antes entendidos simplesmente como bruxaria ou estados magnéticos, passaram a ser integrados mediante uso de linguagem científica. Essa perspectiva aponta para referências importantes de apropriações de sentidos influenciadas por Franz Anton Mesmer (1734-1815), bem como posterior construção da teoria da hipnose por James Braid (1795 – 1860) e a contribuição da codificação da histeria feita por Jean Martin Charcot (1825-1893).

Tomo como exemplo das apropriações do imaginário remetido a histeria sua ligação com o mesmerismo em sua transição ao linguajar considerado científico. Mesmer, médico austríaco da virada do século XIX e criador do movimento mesmerista, ficou conhecido por defender a associação das doenças nervosas a desequilíbrios na distribuição de um fluido que seria universal. Foi criticado e acusado de charlatanismo, fato este que endossou seus seguidores na busca pela aprovação científica como forma de rebater tais críticas, levando-os a construir teorias que explicassem tais fenômenos a partir de nomenclaturas mais afeitas à codificação científica (Didi-Huberman, 2015; Bremaud, 2015). Brémaud (2015) relata ainda que alguns conceitos mesmeristas teriam sido reconfigurados dentro do paradigma da hipnose e descritos através de perspectivas eletrofisiológicas, contribuindo para consolidar uma perspectiva materialista da mente.

Nesse contexto, nomes como Paul Briquet (1796-1881), através de seu *Tratado clínico e terapêutico da histeria*, teriam contribuído para transições que associavam o entendimento dos fenômenos histéricos como uma doença emocional. Embora o próprio termo fosse criticado já à essa época, acaba sendo empregado por ser mais conhecido, mesmo tendo como contra indicativo seu valor etimológico ainda relacionado a afecções do útero (Brémaud, 2015).

Foi, no entanto, com Charcot e seus estudos em neurologia, por volta da segunda metade do século VXIII, que a histeria começa a ganhar contornos mais próximos aos presentes na Psiquiatria e Psicanálise, em proximidade do campo dos cuidados em saúde mental. Passou a ser também vista como uma enfermidade fruto de uma “lesão anatômica”,

mesmo que ainda não diretamente observável com as tecnologias da época (Didi-Huberman, 2015; Belintani, 2003).

Didi-Huberman (2015) reconstituiu importante iconografia fotográfica contendo poses, crises, atitudes passionais, etc. e constrói sua análise em torno do que considera processo de invenção, ou redescoberta, da histeria por parte Charcot junto ao *Salpêtrière*, da qual destaca sua percepção da existência de uma grande máquina de produção ótica de sintomas.

Embora não houvesse ainda uma definição clara para a época, por volta de 1889, isso não era tido como um impeditivo de estudo e aprofundamento em viés considerado científico, visto que certas características já permitiriam reconhecer sua natureza. Tem-se, então, a tentativa de sistematização de sintomatologias e descrições nosológicas envolvidas na nascente concepção científica e psiquiátrica, reduzindo-se a incidência de associações a possíveis motivações demoníacas sob condução de setores religiosos, para sua readequação gradual como uma “doença mental” ou “doença dos nervos” (Didi-Huberman, 2015).

Sigmund Freud (1856-1939), consideravelmente influenciado por Charcot e também referência em seus estudos sobre a histeria, elabora suas investigações e teorias do trauma de origem sexual, com ênfase na fantasia erótica vivenciada sobre a infância (Belintani, 2003). Freud, mais que apenas descrever, desejava promover estudos que proporcionassem aos sintomas uma teoria e significado. Nesse intuito publicou então “*Por uma teoria do ataque histérico*” (1892) e “*Estudos sobre a histeria*” (1895) e ainda “*As neuropsicoses de defesa*” (1894) (Brémaud, 2015). É essencial e destacada a relação da Psicanálise com o processo de construção do conceito de histeria, atualmente ainda referenciada como neurose histérica (Dunker, 2014), um modelo particular de funcionamento subjetivo, e com frequência generalizado às mulheres como um todo.

Ainda rumo à psicanálise, constituída inicialmente com auxílio do estudo de mulheres consideradas históricas, Dunker (2014) define que a própria neurose ainda é conceituada como uma generalização dos achados sobre a histeria. Entendida no universo psicanalítico como uma forma estrutural que permite interpretar a existência de alguns sintomas e a inexistência de outros, divide com a neurose obsessiva e neurose fóbica a categoria das neuroses, diferenciando-se pelos diferentes destinos da libido, sendo na histeria o destino o próprio corpo. É assumida como uma forma de subjetividade que se constrói a partir das relações com a própria castração, nesse universo, uma condição inerente ao feminino.

Além da psicanálise, a abordagem corporal da psicologia, que tem por referência nomes como Wilhelm Reich, dissidente freudiano e Alexander Lowen, um de seus discípulos, também adota terminologias ligadas a histeria. De acordo com Lowen (1977), o caráter histérico é um desenvolvimento do pensamento psicanalítico, usualmente descrito como de pouca ansiedade e com bloqueio afetivo mediano e de certa forma considerado mais “progredido” por entender-se que tem a estrutura de ego ancorada na função genital, *“pessoas inclinadas a sexualizar todos os relacionamentos não-sexuais” através da sugestão, crises emocionais irracionais, comportamento caótico, histriônico*” (Lowen, 1977, p.216).

Lowen (1977) atenta ainda o entendimento de Reich em que entende a estrutura de personalidade histérica como *“comportamento sexual obvio, combinado a um tipo específico de agilidade corporal de nuance sexual definida. Isto explica o fato de que a ligação entre a histeria feminina e a sexualidade seja conhecido a tanto tempo”* (1977, p.218). A ligação entre psicanálise e psicoterapias corporais evidenciada pela permanência do termo histeria, bem como seu corpo conceitual, aponta para continuidade desse conjunto de definições mesmo em outro viés de atuação.

De forma bastante representativa também é encontrada dentro do escopo psiquiátrico, mesmo que formalmente não definida como “histeria” de forma estrita. Enquanto categoria demonstrativa de patologia essencialmente ligada aos aspectos sexuais e reprodutivos, encontrou nesse campo teórico e prático grande sustentação para associações a comportamentos disfuncionais, doenças psicossomáticas e transtornos de personalidade. Considerava-se histérica, muitas vezes, a mulher disfuncional diante dos papéis a ela atribuídos, sendo muitas internadas por não corresponderem a esses aos estereótipos (Belintani, 2003).

Medrado e Lima (2020) atentam para a persistência da relação entre ciclo reprodutivo e transtorno mental, mesmo na quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM-V, 2014), encontram-se descritos diagnósticos como Transtorno Disfórico Pré-menstrual entre os transtornos depressivos. Inclui em sua descrição labilidade do humor, irritabilidade, disforia recorrentes durante a fase pré-menstrual do ciclo feminino (DSM-V, 2014, p. 172). Já no Manual de Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento, em sua décima versão (CID-10), conforme ressalta Belintani (2003), a histeria é citada como um transtorno de fundo neurótico associado ao stress e tendências somatoformes, especificamente na subcategoria de transtornos dissociativos.

Belintani (2003) refere também o compêndio de psiquiatria de Kaplan, Sadock e Grebb (1997) no qual o termo histeria é citado relacionado à transtornos somatoformes, em específico somatização e transtornos dissociativos: “De acordo com Kaplan et al. (1997, p. 584): “O transtorno de somatização é caracterizado por múltiplos sintomas somáticos que não podem ser adequadamente explicados com base em exames físicos e laboratoriais.” E continuam: “o nome anterior para este transtorno era histeria” (Kaplan et al., 1997, p.584).

Somando-se a essas codificações, penso ser interessante também apontar a presença do transtorno de personalidade histriônica, cuja descrição manual descreve exigência contínua de ser o centro das atenções, dramas, ato frequente de flertar, ou mesmo vestir-se de forma inadequadamente sedutora e provocante, não apenas com potenciais interesses românticos, mas em contextos diversos (APA, 2014).

Importante contemplar que a chegada de tais codificações relacionadas à inserção da histeria no campo psiquiátrico encontra por aqui, no contexto brasileiro, outros elementos essencialmente vinculados ao modo colonial de produção de conhecimento e técnicas, bem como formas singulares de repercussão junto à população do Brasil. Nesse sentido, delimitando ainda direcionamentos de análise, saliento também a presença de interações entre perspectivas normativas de gênero constituintes de diagnósticos em equipamentos de saúde mental direcionadas a mulheres que, por sua procedência de raça, classe e região de nascimento, dificilmente se encaixariam em tais delimitações (Passos, 2023).

Nomear subjetividades: o poder psi e a colonização de corpos

O corpo das mulheres, com frequência associado à sexualidade e percebido em variados contextos e épocas como possível ameaça para estabilidade moral e social, vem sendo reiteradamente regulado através de normas, sejam elas mágicas, religiosas ou médicas. Somando-se a isso, a perspectiva da compreensão de saúde e doença que toma força essencialmente a partir do final do século XVIII, demonstrou modificar práticas médicas conforme novos paradigmas científicos e tornou ainda mais visíveis muitos dos códigos de anomalias potenciais em relação ao sexo feminino (Vieira, 2002).

Tais atribuições foram utilizadas como ferramentas de auxílio à reafirmação de lugares de cuidado, esposa e mãe, para que a força de trabalho pudesse então ser gestada e estar disponível para produzir economicamente (Federici, 2017). No entanto, as diversas possibilidades de ser mulher com frequência fogem aos repertórios discursivos de vivência de

corpo e de gênero, limites estabelecidos a partir de discursos culturais hegemônicos, cujas normas de inteligibilidade são socialmente instituídas e mantidas.

Narrativas que propõem hierarquias entre os sexos são mais antigas que as registradas na bíblia cristã (Freitas, 2023). Os homens desde que entenderam sua participação no processo reprodutivo, no final do período neolítico, também conhecido como Idade dos Metais, inauguraram movimentos de cerceamento ao lugar de destaque na religiosidade, rituais e participação na representação terrena de mulheres. A mudança de discursos, incisivamente religiosos, estava atrelada, portanto, a mudanças identificadas nas formas de organização social.

Observado em ritmos e movimentos diferentes, em sociedades distintas, a consolidação da invisibilização social de mulheres expressa-se também através de sua ausência, ou não protagonismo, nos mitos e histórias. Intensifica-se um processo gradual e permanente de percepção geral das mulheres como seres eminentemente ligados à natureza e de moral vacilante, colocando corpo e sexualidade femininos como lugar de recepção e amplificação de desgraças na terra. (Freitas, 2023).

Os corpos femininos compreendidos como integrantes mais próximos da natureza se comparadas ao homem, elevado à razão e civilidades, colocam-no também na condição de civilizador, aquele a quem cabe domar a natureza, com todos os seus perigos e imprevisibilidade. Não se sentir parte da natureza, ou perceber-se hierarquicamente superior, é a lógica que organiza o uso da terra e de seus recursos de forma predatória, é o que permite à apenas uma espécie nomear e determinar todas as outras.

Na bíblia cristã a criação de Eva a partir da costela de Adão, um dos embasamentos para inferioridade moral e física atribuída às mulheres, atribuiu-lhe autoridade para nomeá-la, assim como ocorreu às plantas e animais. No osso curvo de costela da criação da mulher teria origem o motivo de sua debilidade física e moral, bem como certa perversidade e fraqueza (Freitas, 2023). A Igreja, em destaque de seu papel moralizante vem, de fato, em suas ações buscando combater sexualidades alternativas e valorizando o casamento e a formação de núcleo familiar sob comando do pai de família.

Del Priori (1993) a respeito da condição da mulher no contexto colonial brasileiro, e ainda presente atualmente de forma remanescente, aponta uma nova ética sexual nascente. Vinculada a um ideal de higienização da sexualidade, embasada em discurso religiosos cristãos e da medicina, tal ética estaria baseada no reforço do adestramento da mulher como ferramenta a serviço da colonização. A autora pode ajudar também na compreensão da

recorrente condição de suspeitas ao feminino, uma vez que destaca na existência de um discurso de desconfiança argumento para o controle do corpo feminino por terceiros.

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, destaco em Federici (2017) a abordagem de importante documento religioso, um tratado de demonologia intitulado *Malleus maleficarum*⁴ como suporte de direcionamento conceitual. A caça às bruxas, que também poderia ser traduzida como caça às mulheres, validava a supremacia de homens, induzindo-os a vê-las como destruidoras do sexo masculino. Nesse sentido, chamo atenção para essa codificação, e demais regulamentações envolvendo condutas femininas, idealizada pela Igreja católica e concretizada em seus empreendimentos pelo próprio Estado. É possível considerar a influência dessas e outras normativas diversas destinadas a direcionar o comportamento feminino, a exemplo da própria condição de transição de conceitos religiosos/místicos para uma linguagem científica, conforme pontuado por Brémaud (2015).

A perspectiva de Vianna, e Lowenkron (2019), ao discorrer sobre a existência de dinâmicas entre gênero e Estado, pode auxiliar ainda na compreensão da existência de vias de produção de categorias oficiais de modos de regulação e enquadramentos direcionados a corpos e suas relações. A lógica de controle e distribuição de recursos materiais e simbólicos atravessaria o cotidiano, fazendo-se presente de diversos modos nas produções de desejos. Regramentos esses chamados ao papel sempre que as mulheres, bem como sua vinculação com a sexualidade, aparecem como fator desestabilizador.

Ainda a respeito de codificações e arranjos discursivos, creio ser interessante referir a abordagem de Foucault (1999) em “*A história da sexualidade*” em que discorre sobre como a partir meados do século XVIII no contexto europeu, e que acabou se disseminando por outros grupos sociais, as práticas vinculadas ao sexo e à sexualidade como um todo passaram por profundos processos de silenciamento.

Seguiriam dessa forma direcionamentos perpetuados dentro do que considerou resquícios do regime vitoriano, onde a sexualidade deveria ser restrita à família na função de reproduzir como casal legítimo e procriador. Foucault (1999) aponta a tentativa de reduzi-la à linguagem como uma investida de dominação na realidade concreta, exercida tanto pela imposição de certas falas quanto pela supressão de palavras que trazem a sexualidade à tona.

⁴ “O mais famoso de todos os livros sobre bruxaria, *Malleus Maleficarum* (O martelo das bruxas) foi escrito em 1486 por dois monges dominicanos. No ato, e ao longo dos três séculos seguintes, se converteu no manual indispensável e a autoridade final para a Inquisição; para todos os “julgadores”, magistrados e sacerdotes, católicos e protestantes, “na luta contra a bruxaria” na Europa” (Kramer e Spreger, 2015, p.4).

O controle e direcionamento do que é dito ou escrito passou a representar tentativas de exercer controle sobre os corpos, ainda que de maneira sutil e, muitas vezes, imperceptível. O reforço da geração discursiva feita através de procedimentos de confissão por parte da Igreja Católica através do concílio de Trento⁵ (1545-1563), por exemplo, já anunciava a intensificação de processos de tradução dos afetos concretos no corpo em palavras, discursos que funcionavam e tornavam-se efeito de sua própria economia. Tais dispositivos, ainda de acordo com Foucault (1999), acabaram por ser apoiados e relançados por outros mecanismos de poder para os quais o funcionamento do discurso sobre a sexualidade passou a ser essencial, integrando toda uma teia de discursos, saberes, análises e injunções aos quais estão investidos.

Federici (2017) foca nas formas específicas de produção de “domesticação” relacionadas às mulheres, limitados às custas de sua degradação de direitos e alienação do espaço social e passíveis de compreensão à luz do conceito de docilização e disciplina de Foucault (1997). Acerca do conceito de docilidade Foucault (1997, p.60), pontua

“É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado... O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula, e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina”.

Nesse viés de compreensão, observa-se a docilização como resultante de condutas disciplinares, exercidas através da minúcia de regulamentos, inspeção e controle dos corpos, dependentes de um conjunto de técnicas e saberes específicos destinados ao aperfeiçoamento dentro de expectativas pré-concebidas. Implica processos de tolhimento de condutas e silenciamentos vivenciados por toda uma parcela da população cujas perspectivas geralmente são ignoradas no decurso de narrativas hegemônicas.

Tais direcionamentos são em parte explorados pelo viés discursivo que pode estar presentes em documentos e formas de organização institucionais, onde os não enquadrados são vistos como desafiantes da ordem dita como natural das coisas. Existem identidades e escolhas consideradas naturais e morais, organizações nas quais a população branca manteria

⁵ O concílio de Trento teve como um de seus principais objetivos barrar os avanços da reforma protestante além de levar o catolicismo para as regiões recém descobertas (colônias). Uma de suas medidas foi a reativação do tribunal da Santa Inquisição, considerada por Federici (2017) como um dos recursos para fortalecimento do capitalismo

uma superioridade incontestada e com desejo de restauração/manutenção de privilégios masculinos (Butler, 2024).

Cabe então pensar a nomeação, bem como restrições ao discurso voltado para sexualidade e suas condutas, como ferramenta de desenho de fronteira e repetição de normas que alimentam campos que delimitam o que pode ser descrito como “humano”. A construção de gênero, do homem e da mulher, vem sendo feita, sob o olhar de Butler (1993), por apagamentos radicais de dissidências. O peso de nomear, como Adão nomeou Eva, traz consigo inclusões discursivas que propõem reiterações sobre aquilo que se promove.

Aponto ainda a convergência de construções manuais e normativas com o entendimento de Butler (1993), para quem a necessidade de reiteração é um sinal de que a materialização nunca é totalmente completa, uma vez que os corpos nunca se conformam completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta, ou seja, sempre existirão dissidências. As práticas reiterativas sobre as quais o discurso incide podem materializar-se na co-construção de corpos e vivências de gênero em disputas de sentido.

Para analisar como se processam tais disputas, proponho a perspectiva de territórios existenciais utilizada por Boggio (2014) a partir de de Guattari (1988; 2000), abraçando a perspectiva de campos de forças inter-relacionados e móveis a partir dos diferentes encontros e momentos de nossas vidas e multiplicidades de fluxos desejantes. É possível perceber o corpo como um nó de fluxos em que as disputas nele ocorridas assemelham-se a um campo de batalha.

Um corte nesse território terá de estar atento às intensidades que animam esses fluxos. De um lado, codificações molares (econômicas, políticas, morais, acadêmicas, etárias, de classe, de raça, etc.) que fragmentam o território impondo-lhe segmentaridades binárias. Por outro lado, aquelas linhas ou deslocamentos moleculares que podemos mapear, por exemplo, ao nível das sensações dos corpos, no poder dos encontros, e que remetem para o desejo, considerado não como uma energia impulsiva indiferenciada, mas como o resultado de um elaborado conjunto de segmentaridades flexíveis e energias moleculares, que não cessam de se acoplar. Cada território terá, assim, maior ou menor grau de fluidez, consistência, ramificação e intersecção, integração (acoplamento) ou desintegração (fragmentação) (Boggio, 2014, p.32).

Dessa forma, histórias contadas, conceitos, técnicas, ou mesmo procedimentos de fluxos institucionais, legislações pertinentes a uma época, apresentam, portanto, potencial de captura para direcionamentos subjetivos com potencial para compor uma espécie tecnologia de performatividade, ou “*dispositivos de performatividade*”, perspectiva comparável aos

dispositivos de gênero apontados por Zanello (2018), na sua função de contribuir para reiteraões continuadas de discursos.

Consideraões finais

Perceber tecnologias como dispositivo de performatividade de gênero implica entende-las como agentes capaz de construí-lo em conjunto. Assim, trata-se também de abordar atos, condutas, aparências, etc, nomeando-os e dando-lhes um lugar, denunciando por meio do resgate de sua história a pretensa naturalidade com a qual determinados conceitos ainda são tratados.

O movimento de construir saberes acerca do outro está também em consonância com discursos proferidos em instituições psiquiátricas e manicomiais a respeito da loucura, estabelecidos conforme relações de autoridade do poder médico nesses espaços (Foucault, 2006). Acrescento que não é viável pensar o desaparecimento do modelo de cuidados voltados à saúde mental, ou mesmo das violências cotidianas que ainda persistem, sem prezar pela ponderação dos impactos carregados pelo conhecimento médico/psiquiátrico/saberes “psi” sobre o corpo e autonomia das mulheres como destino de suas práticas políticas.

Pode-se também incluir como alvos, os condicionamentos do corpo e conduta das mulheres essencialmente através de práticas de higiene, ginecológicas e obstetrícias atrelados ao poder médico (Vieira, 2002), ou mesmo a estruturação de instituições diversas que agem como reprodutoras desses padrões (Vianna e Lowenkron, 2017).

A respeito dessas disputas e atribuição de sentidos, seguindo alusão feita por Fonseca, Marre e Rifiotis (2021) de que imagens novocentistas de histéricas poderiam ainda estar circulando implicitamente nesses campos do saber e fazer, faz sentido agregar a perspectiva de Boggio (2014), que entende corpo e subjetividade como um campo de batalha, uma vez que tais forças estariam em constante disputa subjetiva na criação de sentidos e vivências como resposta a essa dinâmica de forças. Um corpo milimetricamente disputado em seu contorno e sentidos de vida.

As sociedades, tal como se apresentam atualmente, nos confrontam com o desafio de viver com cada vez menos graus de garantias nos vetores de força envolvidos nos nossos desenhos de vida. Esses vetores são compostos e decompostos em taxas vertiginosas, em equilíbrios precários e instáveis. Os múltiplos eventos dos quais fazemos parte e através dos quais somos atravessados (sócio-históricos, erótico-libidinais, familiares, culturais, etc.) nos

obrigam, em cada situação de crise vital, a repensar e refundar projetos de vida que perderam consistência, vitalidade e intensidade (Boggio, 2014).

Assim, os corpos femininos são percebidos aqui como alvos contingenciais de longos processos de negociação. Tais movimentos são marcados por tensões e negociações de limites disciplinares de diferentes autoridades e saberes na compreensão das conformações de gênero, cujos atores envolvidos estão imersos em uma rede em que agem e recebem impactos de suas ações. Esses movimentos expressos por meios de técnicas e conceitos, são usualmente normalizados e trazem consigo, conforme entende Martin (1991; 2001), narrativas carregadas ideologicamente e cuja naturalização provavelmente não é aleatória.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BELINTANI, Giovani. Histeria. *Psic*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 56-69, dez. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 maio 2024.

BOGGIO, Luis. El cuerpo: esse campo de batalla. *Revista Latino-Americana de Psicologia Corporal*. Ano 1, No. 1, Abr. 2014.

BRÉMAUD, Nicolas. Panorama historique des définitions de l'hystérie. *L'information psychiatrique*, v. 91, n. 6, p. 485-498, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1684/ipe.2015.1348>. Acesso em: 6 set. 2024.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter. On the discursive limites of 'sex'**. Nova York/Londres: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Editora Boitempo, 2024.

DEL PRIORI, Mary. **Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidade no Brasil Colônia**. Brasília, Rio de Janeiro: EdUnB, José Olímpio, 1993.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **“A invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière”**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: MAR/Contraponto, 2015, 504 páginas

DUNKER, Christian. Estrutura e personalidade na neurose: da metapsicologia do sintoma à narrativa do sofrimento. *Psicologia USP*, v. 25, n. 1, p. 77–96, jan. 2014.

FEDERICI, Silvia; **Calibã e a bruxa . Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber (História da sexualidade I)**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico**. São Paulo: Martins Editora Livraria Ltda, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

FONSECA, C.; MARRE, D.; RIFIOTIS, F.. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 61, p. 7–46, set. 2021.

FREITAS, Muriel Rodrigues de. **Irmã, por que há sangue saindo da sua cabeça? Discursos sobre a loucura feminina nos filmes O que terá acontecido a Baby Jane?, O bebê de Rosemary e O exorcista**. Tese (doutorado), Programa de pós-graduação em história – PUCRS, Porto Alegre, 2023. Disponível em https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/11044/6/MURIEL_%20RODRIGUES_%20DE_%20FREITAS_TES.pdf . Acesso em 19 jul. 2024.

KAPLAN, Harold.; SADOCK, Benjamin.; GREBB, Jack. Transtornos somatoformes. In: KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 545-579.

KRAMER, H. & SPRENGER, J. **O martelo das bruxas**. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2015.

LOWEN, Alexander. **O corpo em terapia**. São Paulo: Summus, 1977.

MARTIN, Emily. The Egg and the Sperm: How Science Has Constructed a Romance Based on Stereotypical Male-Female Roles. **Signs**, vol. 16, nº 3, Spring, 1991, pp.485-501.

MARTIN, Emily. **The woman in the body: a cultural analysis of reproduction**. Boston: Beacon Press, 2001.

MEDRADO, Ana Carolina Cerqueira; LIMA, Mônica. Saúde mental feminina e ciclo reprodutivo: uma revisão de literatura. **Nova perspect. sist.**, São Paulo , v. 29, n. 67, p. 70-84, ago. 2020 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010478412020000200006&lng=pt&nrm=iso . acessos em 15 maio 2024. <http://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i67.560>.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão**. São Paulo: Hucitec, 2023.

SCHMIDT, Eder. **A histeria de Kahoun a Viena**. Maio, 2008. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/230669291_A_HISTERIA_DE_KAHOUN_A_VIENA_Hysteria_from_Kahoun_to_Vienna. Acesso em 01 de maio de 2024.

SILVA, Jeferson Luis Lima da. Útero errante, desequilibrado e controlado: reflexões contemporâneas e perspectivas historiográficas acerca da patologização do corpo

feminino. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 19, n. 36, p. 153–178, 2024.
DOI: 10.30612/rehr.v19i36.17335. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/17335>. Acesso em: 27 out. 2024.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L.. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, n. 51, 2017.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.



Recebido: 27.10.2024; Aceito: 18.11.2024; Publicado: 30.11.2024.